

HOMEM, PÁTRIA, ESTADO, VIRTUDE E GUERRA: O ABISMO DAS COMPREENSÕES EM UM DIÁLOGO DE 'A ILÍADA' E DE 'NADA DE NOVO NO FRONT'

MEN, HOMELAND, STATE, VIRTUE AND WAR: THE GAP OF UNDERSTANDING IN
A DIALOG FROM THE ILLIAD AND ALL QUIET ON THE WESTERN FRONT

Fernando Bruno Antonelli Molina BENITES¹

Resumo: O presente trabalho procede à leitura de dois diálogos: o transcrito entre Heitor e sua esposa Andrômaca no Canto VI de *A Ilíada*, e o travado entre os “irmãos de armas” Paul, Albert, Tjaden, Kat, Kröpp e Müller no Capítulo IX de *Nada de novo no front*. Tais excertos, recortes concisos das referidas obras, pretendem jogar luz nos termos que aqui interessam, a saber: homem, pátria, estado, virtude e guerra, buscando evidenciar sua compreensão nas diferentes épocas e contextos, para o que se fez necessário recorrer à história (McKAY et al, 2015; HANSON, 2015), filosofia (JAEGER, 1991) e sociologia (SCRUTON, 2015). O resultado da pesquisa bibliográfica empreendida, abrangendo esses e outros autores, intenta figurar como uma proposta de leitura comparada de trechos essenciais dos clássicos em questão (CALVINO, 1991) e de vocábulos que resistem a longos intervalos de tempo, como o existente entre as obras analisadas.

Palavras-chave: *A Ilíada*. *Nada de novo no front*. Guerra.

Abstract: The present work proceeds to the reading of two dialogues: the one between Hector and his wife Andromeda in the VI Chapter of *The Iliad*, and the one among the "brothers in arms" Paul, Albert, Tjaden, Kat, Kröpp and Müller in the Chapter IX of *All quiet on the western front*. These excerpts, concise cuts of the mentioned works, aim to light the terms that interest us, namely: man, homeland, state, virtue and war, seeking to evidence their understanding in different times and contexts, for which it became necessary to turn to history (McKAY et al, 2015), philosophy (JAEGER, 1991) and sociology (SCRUTON, 2015). The result of the bibliographical research undertaken, embracing these and other authors, aims to figure as a proposal of comparative reading of these essential passages of the classics under issue (CALVINO, 1991) and of words that resist long intervals, like the one between the analyzed books.

Keywords: *The Iliad*. *All quiet on the western front*. War.

Considerações iniciais

¹ Mestre em Ensino de Ciências Humanas pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Docente da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

A dimensão de *A Ilíada* (aprox.. 762 a.C.) e de *Nada de novo no front* (1929), bem como as vastas literatura e pesquisa de que foram e permanecem sendo tema, constituem, indiscutivelmente, fatores aptos a tornar ínfimo o breve recorte que compõe o presente trabalho. Contudo, não acredito que a abordagem aqui pretendida seja trivial ou irrelevante: sem almejar propor uma análise pormenorizada das obras em questão, firmo-me na assertiva de Ítalo Calvino (1991, p. 12), para quem “os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados e inéditos”, e busco uma aproximação (ou distanciamento?) dos temas que me são caros para o propósito – homem, pátria, estado, virtude e guerra – em um diálogo de cada obra, a saber, o do casal Heitor e Andrômaca no Canto VI de *A Ilíada*, e o dos “irmãos de armas” Paul, Albert, Tjaden, Kat, Kropp e Müller no capítulo IX de *Nada de novo no front*.

Em tais colóquios, revelam-se cristalinas as diferentes acepções da intersecção dos termos enumerados. Não posso deixar de observar que o colossal intervalo existente entre as diferentes épocas na linha do tempo é um dos grandes responsáveis por isso: o incessante ciclo dos dias, meses e anos faz com que as próprias palavras sofram com a adição ou remoção de camadas de sentido, bem como com o deslize/desvio para novos campos semânticos. O passar das décadas, séculos e até milênios também faz com que as instituições se modifiquem, e, portanto, falar em guerra, pátria ou estado, por exemplo, é, com efeito, abordar estamentos com novas raízes em concretude e essência. Todavia, também não me é permitido passar ao largo de fatos como:

Para os antigos, Homero não era uma obra literária, leitura obrigatória dos estudantes e objeto de discussão crítica entre os homens de letras. Na Antiguidade também, assim como nos tempos modernos, Homero era indiscutido: mas não como epopeia, e sim como Bíblia. Era um Código. Versos de Homero serviam para apoiar opiniões literárias, teses filosóficas, sentimentos religiosos, sentenças dos tribunais, moções políticas. Versos de Homero citaram-se nos discursos dos advogados e estadistas, como argumentos irrefutáveis. “Homero”: isto significava a “tradição”, no sentido em que a Igreja Romana emprega a palavra, como norma de interpretação da doutrina e da vida. Mas essa doutrina e essa vida não têm nada com a nossa vida e as nossas tradições. Homero é, podia ser a bíblia dum mundo alheio. O famoso “realismo objetivo” de Homero, que o tornou norma da vida grega, afasta-o justamente da nossa vida, cuja realidade exigiria outras normas objetivas, diferentes (CARPEAUX, 2012, p. 46).

Otto Maria Carpeaux evidencia, intencionalmente ou não, que há um “emaranhado” de situações aptas a tornar a contemporaneidade muito mais complexa do que a antiguidade clássica: as palavras do crítico literário austro-brasileiro, assim, vêm fazer eco ao entendimento de que não podemos, simplesmente, transferir os termos de uma época para

a outra como se fossem alheios às circunstâncias, como se estivessem concomitantemente dentro e fora dos cenários da realidade, nomeando coisas resistentes ou imutáveis. Novas tintas pedem contornos singulares, produzem sombras únicas e oferecem a possibilidade de maiores contrastes e gradientes quicá infinitos. É nesse contexto que compreendo a obra-prima de Erich Maria Remarque, como registro que tirou a guerra do pano de fundo que até então ocupara na literatura e que inaugurou uma espécie de tradição pacifista, tão popularizada posteriormente não só nos livros, mas nas artes em geral, no decorrer do século XX:

[...] é uma obra notável pela franqueza do realismo e pela composição novelística; é um livro que fez história na história literária. Depois de Remarque, os romances alemães sobre a guerra tornam-se numerosos: quase todos de tendência antimilitarista, denunciando a impossibilidade de heroísmo patriótico numa guerra em que a técnica e os recursos industriais ocupam o primeiro plano; todos eles, de realismo sóbrio (ibid., p. 2648).

Assim, aproximar os termos significa, em verdade e na prática, distanciá-los. A visão que o homem tem de si mesmo, de seu papel, do que é a virtude, da serventia, sentido e propósito das guerras, bem como de seus claros efeitos para os que nela e dela tomam parte, ocupam, natural e não surpreendentemente, lugares muito afastados, em se colocando as obras em paralelo. Porém, por fim, e antes dos comentários pertinentes aos diálogos em questão, volto a Calvino (1991, p. 11) nos lembrando de que:

Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer [...] nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão; mas fazem de tudo para que se acredite no contrário. Existe uma inversão de valores muito difundida segundo a qual a introdução, o instrumental crítico, a bibliografia são usados como cortina de fumaça para esconder aquilo que o texto tem a dizer e que só pode dizer se o deixarmos falar sem intermediários que pretendam saber mais do que ele. Podemos concluir que: um clássico é uma obra que provoca incessantemente uma nuvem de discursos sobre si, mas continuamente as repele para longe.

Desse modo, permito aos diálogos falarem por si próprios e intervenho quando a visão de mundo(s) clama por menção, ajudado para isso por pesquisa bibliográfica que abrangeu, além dos críticos literários já mencionados, os campos de estudo da história (McKAY et al, 2015; HANSON, 2015), filosofia (JAEGER, 1991) e sociologia (SCRUTON, 2015).

Heitor e Andrômaca

Em seu retorno à Tróia (ou Ílion), na tentativa de apaziguar Palas Atena - “Troianos de coração forte e vós, famosos aliados, sede homens, meus amigos, e mostrai-vos valorosos, enquanto volto a Ílion para pedir aos idosos conselheiros e suas esposas que elevem preces aos deuses e prometam oferendas” (HOMERO, 1998, p. 100) - Heitor encontra-se com sua esposa Andrômaca e seu filho Astianax, a quem chamava Escamândrio. Diante das súplicas da companheira para que permanecesse e montasse guarda com seu exército próximo à muralha da cidade, evitando confrontos diretos e preservando, assim, sua integridade física e, por conseguinte, sua vida, o guerreiro profere o seguinte discurso, que ocupa posição privilegiada na determinação do rumo dos acontecimentos na reta final da famosa Guerra de Tróia, conflito que durou aproximadamente dez anos e cujas últimas seis semanas são narradas na epopeia de Homero:

Também eu tenho pensado em tudo isso, querida esposa, mas sentiria grande vergonha diante dos troianos e de suas esposas se, como um covarde, me afastasse da guerra. Nem meu próprio coração permitiria tal coisa, pois tenho aprendido sempre a ser valente e a lutar entre os mais destacados troianos, procurando avidamente a glória de meu pai e a minha própria [...] (para os céus) Zeus, e vós, outros deuses, fazei que este meu filho se torne, como sou, proeminente entre os troianos, tão valoroso que possa reinar em Ílion, com grande poderio. E possa alguém dizer um dia quando ele regressar da guerra: “Este homem é muito maior que seu pai”. Possa ele matar o inimigo e carregar os sangrentos despojos e possa o coração de sua mãe rejubilar-se. [...] (novamente para a esposa) Nenhum homem me fará descer à casa de Hades contrariando o meu destino. Nenhum homem, afirmo, jamais escapou de seu destino, seja covarde ou bravo, depois de haver nascido. Volta para casa e cuida de teus afazeres, a roca e o tear, e dirige as servas em seu trabalho. E a guerra competirá a todos os homens, a todos os que vivem em Ílion, mas especialmente a mim (ibid., p. 108-109).

O efeito imediato dessa fala é o retorno de Heitor para a linha de frente da batalha, que, mais tarde, viria a custar-lhe a vida. Vale observar, no entanto, que a morte possivelmente configura o ponto de maior destaque na epopeia e no diálogo apresentado: o valor da vida, para os gregos (e troianos) da antiguidade, era associado à disposição que um homem tinha de perdê-la em prol de seus concidadãos, ato que constituía a gênese de um moral elevado e que ficava marcado para a posteridade como exemplo de caráter. Nesse sentido, o herói retratado por Homero é precisamente aquele que demonstra aptidão para agir nas adversidades e que valoriza o risco, preferindo a glória à vida, traços de comportamento que vêm ao encontro do postulado por McKay et al (2015): “História e arte (para os antigos gregos) eram não somente interessantes e informativas, mas também eram feitas para inspirar virtude e moralidade [...] eles querem que olhemos para os homens e nações que demonstraram excelência e tentemos imitá-los”.

Ademais, intrinsecamente dependente da opinião dos demais e dos deuses a seu respeito, o homem clássico, representado no diálogo pelo general troiano Heitor, só encontra paz consigo mesmo quando consegue sentir-se distinto ou superior, sendo prova disso o desejo expresso pelo pai de que o filho fosse ainda maior do que ele próprio – uma sinalização de que as gerações futuras miram-se nos exemplos passados e presentes, traçando como ideal superar em grandeza os atos já empreendidos. E, que fique claro que tal magnanimidade não fica circunscrita aos ocorridos em si, mas a todas as dimensões compreendidas pela virtude: a coragem, o altruísmo, e a fidelidade aos deuses, a seu povo e à perseguição dos ideais coletivos – elementos basilares da antiguidade clássica e que garantiram a permanência da cultura grega como elemento central no engendramento da formação do homem ocidental. Tais traços, forjados na realidade das constantes batalhas para a imposição ou defesa da honra, não poderiam ter deixado de constituir um fundamental recurso pedagógico:

Há um ponto em que é preciso insistir, porque é da maior importância para a compreensão da estrutura espiritual do ideal pedagógico da nobreza. Trata-se do significado pedagógico do exemplo. Nos tempos primitivos, quando ainda não existia uma compilação de leis nem um pensamento ético sistematizado (exceto alguns preceitos religiosos e a sabedoria dos provérbios transmitida por via oral de geração em geração, nada tinha, como guia de ação, eficácia igual à do exemplo). Ao lado da influência imediata do ambiente e, especialmente, da casa paterna, encontra-se a enorme riqueza de exemplos famosos transmitidos pela tradição das sagas. Eles desempenham, na estrutura social do mundo arcaico, um papel quase idêntico ao que entre nós cabe à história, sem excluir a história bíblica (JAEGER, 1989, p.40).

Se um homem é medido por esse ideal, e se sua virtude aflora vividamente quando da demonstração da bravura e da doação por uma causa nobre, resta compreender a forte ligação existente com a pátria e a motivação que levava tais homens à guerra. Em *A Ilíada*, Homero relata os últimos acontecimentos de uma guerra motivada por uma disputa amorosa: o rapto de Helena, esposa de Menelau, rei dos aqueus, por Páris, príncipe troiano. Tal impasse provocou a intervenção dos deuses em favor de seus respectivos protegidos, estendendo o equilibrado confronto por uma década. Por muitos séculos, acreditou-se que esse enfrentamento fosse apenas mais um mito, até que o arqueólogo alemão Heinrich Schliemann descobriu a cidade de Tróia, que havia sido queimada, em uma região da atual Turquia. Desde então, muitos aspectos entre mitologia e história ainda não foram identificados e seguem sendo confundidos, mas, atualmente, é consenso que a guerra de Tróia tenha realmente acontecido; porém, o mais provável é que a luta tenha sido ocasionada por rotas de comércio, e não pela inconseqüência de um ato amoroso e a subsequente ofensa

que tamanha irresponsabilidade perpetrou aos deuses (Guerra de Tróia, disponível em <<https://www.sohistoria.com.br/ef2/guerratroia/>>, acesso em 15 out. 2018).

Eis o cenário: a defesa da honra não vislumbrava um homem isolado de seu contexto. A virtude individual, no contexto da antiguidade clássica, só encontrava sentido pleno quando aliada ao sentimento de pertença – ao seu território, à sua língua, à sua cultura, à sua história (SCRUTON, 2015) - ou seja, quando da existência da convicção de constituir parte de uma comunidade igualmente virtuosa. O respeito e a veneração pelos exemplos passados ocasionaram, entre os helênicos, uma maneira muito mais épica e heroica de conceber o mundo do que a hodierna. “Os antigos gregos acreditavam que a alma era formada por três partes: razão, apetites e *thumos*. Este representa a energia, o espírito de luta, a busca da excelência e a vontade de realizar grandes feitos. Não há nenhuma palavra em nossas línguas modernas que correspondam a esse conceito” (McKAY et. al., 2015). O cuidado com as demonstrações de dignidade, nobreza e mérito eram advindos da certeza de que o caráter poderia ser moldado, e a prova do sucesso de tal crença era o estabelecimento de uma sociedade afastada dos vícios e, conseqüentemente, dotada dos mais elevados predicados.

Por fim, a lógica ainda aponta para a unanimidade: atributos devem ser constantemente postos à prova. Desse modo, não é difícil compreender que, na realidade da Grécia antiga, as disputas fossem uma constante e uma certeza – do mesmo modo que, em nossa época, as demonstrações de paz, tolerância e inclusão bradam por assiduidade, perenidade e testemunho. A pátria constituída e defendida por homens em luta para a perpetuação de seus atributos e ideais, em incessante prova da manutenção e credibilidade dos mesmos: essência que sofreu inumeráveis mudanças com o decorrer do tempo.

Os “irmãos de armas”

Após retornar de uma malograda licença – “Lá fora, muitas vezes fiquei indiferente e sem esperança; agora, nunca mais conseguirei sê-lo. Fui soldado e agora nada mais sou do que sofrimento... Nunca deveria ter aceito a licença” (REMARQUE, 1974, p. 155) - e de viajar alguns dias com a tropa, Paul Bäumer e seus amigos/colegas estão vivendo os preparativos para a inspeção do *Kaiser* (o imperador). No mais longo dos dez capítulos do livro, e em um momento em que os horrores das batalhas sem fim e a inevitabilidade da morte passam a dominar o fluxo da narrativa, os companheiros de divisão travam a seguinte diálogo, emblemático não só da tônica de *Nada de novo no front*, como também e, principalmente, da assimilação do conceito hodierno de guerra:

- Pensando bem, é curioso – continua Kropp. – Estamos aqui para defender a nossa pátria. Mas os franceses também estão aqui para defender a deles. Quem tem razão?

- Talvez ambos estejam certos – digo, sem muita convicção.

- Sim – prossegue Albert, e vejo que ele quer-me envolver -, mas nossos professores, sacerdotes e jornais dizem que só nós temos razão, e espero que seja verdade; mas os professores, sacerdotes e jornais franceses afirmam que a razão está do lado deles. Como é possível?

- Não sei – digo. – De qualquer maneira, o certo é que há guerra e que cada vez mais países aderem a ela.

Tjaden reaparece. Continua agitado, e mete-se imediatamente na conversa, perguntando como começa na realidade uma guerra.

- Geralmente, é assim: um país ofende gravemente o outro – responde Albert, com certo ar de superioridade.

Mas Tjaden faz-se de bobo, e finge não compreender:

- Um país? Não entendo isso. Uma montanha na Alemanha não pode ofender uma montanha na França. Nem um rio, nem uma floresta, nem um campo de trigo.

- Você é mesmo tão ignorante, ou está só fingindo? – pergunta Kropp, irritado. – Não quis dizer isto. Um povo insulta o outro...

- Então, não tenho nada a fazer aqui – responde Tjaden -, porque não me sinto ofendido! [...]

Todos começam a rir.

- Mas que burrice! Ele está se referindo ao povo em conjunto, isto é, ao Estado – grita Müller.

- Estado, Estado – diz Tjaden, estalando os dedos. – Polícia, impostos... é isto que vocês chamam de Estado. Se se interessarem por este Estado... podem ficar com ele, e bom proveito.

- Concordo – diz Kat. – É a primeira vez que diz alguma coisa certa, Tjaden; Estado não é pátria... há, na verdade, uma diferença entre eles.

- No entanto, estão ligados – observa Kropp. – Não pode haver pátria sem Estado.

- É verdade, mas pense um pouco; somos quase todos gente do povo. E, na França, a maioria das pessoas também é gente do povo: operários, trabalhadores e pequenos empregados. Por que, então, deveria um serralheiro ou sapateiro francês nos agredir? Não, são só os governos. Antes de vir para a guerra, nunca tinha visto um francês; e deve ter ocorrido o mesmo com a maioria dos franceses em relação a nós. Pediram a sua opinião tanto quanto a nossa.

- Mas, então, para que serve a guerra? – indaga Tjaden. [...]

- Não diga isto – replica Kat. – Até agora, ele (o *Kaiser*) não teve uma guerra. E todo imperador, para ser grande, precisa de pelo menos uma guerra, senão não fica famoso. Dê uma olhada nos seus livros de escola [...]

- Acho que é uma espécie de febre – diz Albert. – Ninguém a quer na verdade, e, de repente, lá está ela. Nós não a desejávamos; os outros afirmam a mesma coisa e, no entanto, meio mundo está metido na guerra. [...]

- Está certo – afirma Tjaden -, mas melhor, ainda, seria não haver guerra nenhuma. Afasta-se orgulhoso, pois, desta vez, nos deu uma lição. Sua opinião, na verdade, é típica, e nós a encontramos a todo momento, mas nada se pode fazer contra ela, porque os que a emitem não compreendem muitos outros fatos e causas. O sentimento nacionalista do simples soldado resume-se no fato de estar na linha de frente, mais nada. O resto ele julga do ponto de vista prático e segundo sua própria mentalidade (ibid., p. 168-171).

Imediatamente após essa disputa, o autor volta a evidenciar cenas de clara destruição, que desvelam, pouco a pouco, um pano de fundo de horrores e desesperança que não ficará restrito ao cenário da guerra, mas que guiará toda uma geração que a viveu e que dela

participou, direta ou indiretamente. Em *Nada de novo no front*, estamos diante de jovens soldados, de no máximo vinte anos de idade, que lutam uma batalha cotidiana para não morrer e para tentar enxergar, ainda, algum sentido na vida: “Neste ponto, meus pensamentos param e não vão mais adiante. O que me atrai e me arrasta são os sentimentos. É a ânsia de viver, é a nostalgia da terra natal, é o sangue, é a embriaguez da salvação. Mas não são objetivos” (ibid., p. 234).

A Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), que canalizou uma série de descontentamentos e rivalidades entre algumas das maiores potências europeias que remetiam, em verdade, ao final do século XIX – período da divisão das novas colônias africanas e asiáticas entre as neoimperialistas França e Inglaterra, alijando do processo Itália e Alemanha –, teve como estopim o assassinato de Francisco Ferdinando, príncipe do Império Austro-Húngaro, em 1914. Esse fato desencadeou a formação de alianças entre os países, que enviavam soldados para um confronto que ficou conhecido por ocorrer, em sua maior parte, em trincheiras, nas quais os jovens combatentes chegavam a ficar centenas de dias na expectativa de pequenos avanços territoriais (A Primeira Guerra Mundial, disponível em <<https://www.sohistoria.com.br/ef2/primeiraguerra/>>, acesso em 18 out. 2018).

A morte, aqui, diferente e diametralmente oposta ao que ocorria nos tempos de *Iliada*, não poderia significar, de modo algum, um ato heroico, de bravura indômita, a ser lembrado e reverenciado, mas uma condenação – ao anonimato, em nível pessoal, e ao sofrimento, em se considerando o cenário familiar e do círculo de amigos – sendo raros, à época, aqueles que não tinham perdas para contabilizar. Os dez milhões de mortos, aliados ao latente sentimento de impotência daqueles que passavam fome, frio, conseguiam avanços quase imperceptíveis e moviam-se na iminência de que os céus logo trariam mais aviões despejando bombas, e que o solo, a qualquer momento, se desmancharia sob os pés daqueles que pisavam as minas terrestres, foram cruciais para que o confronto se delineasse não como a representação do homem lutando por sua pátria, mas da pátria subjugando o homem em esforços tão devastadores quanto inúteis:

[...] a História militar mostra que, com muito mais frequência, o que importa é a percepção da vitória. Os cidadãos voltam-se abruptamente contra qualquer líder considerado culpado pela derrota. “O sentimento público é tudo”, escreveu Abraham Lincoln. “Com o sentimento público, nada pode dar errado. Sem ele, nada pode ter sucesso. Aquele que molda a opinião é maior do que aquele que decreta as leis.” [...] Além disso, para os novos seguidores de Rousseau, o governo, os militares, os empresários, a religião e a família haviam conspirado para perverter os indivíduos, naturalmente pacíficos. Conformidade e coerção sufocaram nossos *ems* naturalmente pacifistas. Afirmar que as guerras eram deflagradas porque homens maus, por medo ou orgulho, buscavam vantagem material ou status, ou porque os bons tinham feito muito pouco para detê-los, agora era visto como algo incompatível com uma compreensão esclarecida da

natureza humana. “Que diferença faz”, nas palavras do muito citado Mahatma Gandhi, “para os mortos, os órfãos e para os desabrigados, se a destruição insana é efetuada sob o nome de totalitarismo ou sob o santo nome da liberdade e da democracia?” (HANSON, 2015).

Possivelmente, em se refletindo sobre a contemporaneidade, haja, pairando sobre os estafados e feridos “irmãos de armas”, um espectro de insatisfação e incompreensão com os rumos determinados pelos governos. Não é necessário reafirmar que, com o passar do tempo, os interesses do povo parecem nada ter a ver com os ditames do Estado, entendido continuamente como ocupando lugar afastado dos principais anseios daqueles que o elegem, sustentam, e que deveriam ser a insígnia de sua existência. O mundo hodierno é o mundo das ausências de identidade, da não-pertença, do entre-lugar, da crença de que a moral não vale mais a pena e de que nada que os governos fazem é por nós, mas para seu próprio proveito: “[...] e até que as pessoas se identifiquem com o país, com o território e com o legado cultural – algo parecido com a maneira que as pessoas identificam-se com a família –, não surgirá uma política de solução conciliatória” (SCRUTON, 2015, p. 120). A Primeira Guerra foi sucedida pela pouco duradoura Liga das Nações; a Segunda, pela quase onipresente e volumosa Organização das Nações Unidas; e, assim, dia após dia, a crença de que os Estados podem se unir para solucionar, uniformemente, questões inerentes a populações marcadamente diversas, vai tornando-se imperativa e manifesta nos círculos governantes, apontando para uma ordem a nível global ao passo que vão sendo reduzidas drasticamente as soberanias nacionais. Uma concepção “[...] utópica, uma vez que propõe um novo tipo de cidadania que não é baseado em um vínculo pré-político. Estão procurando uma ordem política sem a ligação afetiva que a tornaria possível” (ibid., p. 121).

Homens fracos e famintos, em nome de uma pátria que, definitivamente, não é a síntese de seus traços e anseios, lutando por um Estado que se apresenta como uma pessoa jurídica, em instâncias distantes daqueles pelos quais se constitui e que aparenta não necessitar dos predicados individuais e coletivos para subsistir: a guerra perde a razão de ser. Não se busca, nesse contexto, compreender para quê; mas por que batalhar. “A guerra é uma coisa feia, mas não é a mais feia das coisas. Muito pior é o estado decadente e degradado do sentimento moral e patriótico que afirma não existir nada pelo qual valha a pena guerrear” (MILL apud HANSON, 2015).

Diante disso, resta colocar as épocas em perspectiva e averiguar que possibilidades de assimilação se oferecem para o fenômeno basilar observado, a saber, a distinção integral entre a individualidade e a coletividade humanas e os seus efeitos com relação à temática analisada. É o que delinearei adiante.

O Abismo das compreensões

Primeiramente, faz-se necessário avaliar o entendimento dos homens acerca da guerra. Para os helênicos, as batalhas, além de serem frequentes, eram essenciais para a demonstração de atributos morais e para a instauração de um rol de exemplos que estimularia as futuras gerações a buscarem posicionar-se à altura de seus antepassados: a sociedade nutria-se da certeza de que sem o derramamento de sangue não haveria verdadeiras conquistas, e que, igualmente, não se gozaria de liberdade e segurança no presente sem o padecimento de grandes homens em confrontos no passado. Morrer por uma causa, nesse sentido, configurava-se em uma honra e um imperativo para a valentia, a moral e a singularidade inerente aos heróis nacionais. Prova disso é que, pouco antes de ser ferido de morte, Heitor clama por sua coragem e distinção, as quais tem certeza que não irão esvanecer da memória de seus compatriotas:

(Heitor, para Aquiles): “Assim falavas com insolência e basófia, na esperança de que, ouvindo-te, eu me esqueceria de minha força e de meu valor. Não cravarás tua lança em minhas costas quando eu fugir, mas em meu peito, quando eu investir contra ti” [...] Irado ficou Heitor vendo que sua aguçada lança saía em vão de sua mão, e ficou perturbado, sem ter outra lança de freixo. [...] “Agora, a morte sinistra está perto de mim, e não mais distante, e não há salvação [...] que eu não pereça docilmente, sem bravura e sem glória, mas praticando um grande feito para os ouvidos das gerações que hão de vir” (HOMERO, 1998, p. 370).

Para os homens da aurora do século XX, contudo, a guerra passou a figurar como um mal a ser, de qualquer maneira, evitado: visto que as intrincadas estâncias governamentais, gradativamente mais próximas entre si e demasiadamente distanciadas das populações, eram as que tomavam a frente na administração dos confrontos, e que a técnica e a tecnologia davam as cartas nos campos de batalha, sobrou-lhes a noção de que a guerra só poderia traduzir-se em algo ruim e de longos efeitos devastadores. Vitórias dos governos da vez não traziam benefícios visíveis ou palpáveis às bases da pirâmide, à qual sobrava a dor e o lamento pelas numerosas perdas. Assim, da lógica de Basil Liddel Hart (apud HANSON, 2015), “a guerra é sempre uma questão de fazer o mal esperando que algum bem saia dele”, sobra o primeiro para o povo e o eventual segundo, para aqueles que constituem o topo. Assim, em seus últimos dias de vida, Paul Bäumer encontra-se à beira da loucura e afundado em desespero:

(Paul Bäumer): E as pessoas não nos compreenderão, pois, antes da nossa, cresceu uma geração [...] que já tinha um lar e uma profissão, e que agora voltará para suas antigas colocações e esquecerá a guerra... e, depois de nós, crescerá uma geração,

semelhante à que fomos em outros tempos, que nos será estranha e nos deixará de lado. Seremos inúteis até para nós mesmos. Envelheceremos, alguns se adaptarão, outros resignar-se-ão e a maioria ficará desorientada; os anos se passarão e, por fim, pereceremos todos (REMARQUE, 1974, p. 235).

As palavras de Heitor e Bäumer revelam, em uma análise pouco mais que superficial, respectivamente, a continuidade e o descompasso entre as gerações que se sucedem: enquanto o intrépido general troiano age com a certeza da relevância de suas atitudes – sendo essencial destacar que há uma imensa e diversa galeria de heróis em sua mente, garantindo-lhe os exemplos e padrões que balizam sua convicção -, o jovem soldado alemão enxerga-se discrepante e mísero, participante de uma geração que em nada se assemelha à anterior e que nenhuma contribuição deixará para a vindoura: em vez de integrar um vasto elenco de figuras notáveis, o perturbado protagonista está convencido de ser parte do grupo que constituirá um doloroso hiato a ser definitivamente esquecido e superado.

Também não posso ignorar que o intervalo de milênios existente entre as obras fez-nos assistir ao acréscimo de altíssima dose de descrença às virtudes que, de antanho, distinguira os grandes homens: privados da proximidade com a ação de verdadeiros heróis, educados sob a égide da “liberdade, igualdade e fraternidade” (e seus escancarados imperativos de negação de qualquer traço do passado e de exaltação do novo, a despeito do “salto no escuro” em que este pode traduzir-se), e, acima de tudo, convictos de que “os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo” (MARX, 1999, p. 2), os homens, a caminho da contemporaneidade, foram, lenta e constantemente, acostumando-se a buscar na idealização do futuro a retidão que lhes seria distintiva, certos de que haviam herdado muitos mais problemas do que soluções de seus antepassados. O descompasso anteriormente citado acaba por levar os indivíduos e as épocas a fecharem-se em si mesmos, compreendendo as consequências dos atos empreendidos somente em um horizonte demasiadamente próximo. Falta-lhes a consciência de plantar as árvores, e, mesmo sabendo que jamais poderão aproveitar a sombra de suas copas para sentarem-se, fazê-lo com alegria. Aqueles que ainda não nasceram poderão, além de descansar, colher seus frutos (ALVES, 2004).

Ademais, por terem passado a conviver com as frustrações ocasionadas pelo ostracismo que os governantes dedicam às demandas populares, terem sido feitos participantes de uma hierarquia gradativamente mais verticalizada, e estarem habituados ao “novo normal” – os gritantes e abundantes casos de corrupção – “[...] outras ofensas violam uma lei, enquanto a corrupção ataca as fundações de todas as leis. [...] O corrupto é pior que o ladrão, porque o ladrão rouba o indivíduo, enquanto que o agente corrupto saqueia uma

cidade inteira ou o Estado” (ROOSEVELT, 2006, trad. minha), os homens que viviam às vésperas da Primeira Guerra Mundial viam-se cumprindo um dever que lhes viera imposto pelo lado de fora, forçando-os a um combate em que não haveria a justificação de honra alguma, mas a tão presumível morte em defesa de um Estado que não lhes oferecia recíprocas ou contrapartidas. Sem exemplos morais ou estímulo para olhar em retrospectiva visando à virtude, não havia meio de esperar a projeção dos méritos de um indivíduo para uma sociedade como um todo. Eis o contexto para a leitura dos eventos de pouco mais de um século atrás e da obra de Remarque aqui analisada.

Por fim, a certeza de quem efetivamente somos, da incumbência que nos é dada, e do propósito de nossas ações nos torna seguros, otimistas e aptos a enxergar nosso mover em um contexto maior que nós mesmos e que as épocas a que pertencemos. Nos dias próximos ao de hoje, por não sermos tributários de tal entendimento, somos tomados “[...] por um novo tipo de dúvida, explicitamente dirigida ao objetivo social prometido e apresentada como sucedânea das antigas e rejeitadas formas de vínculo” (SCRUTON, 2015, p. 103). Aos homens da antiguidade, tal certeza jamais faltou: foram eles os primeiros a empreender a busca filosófica pela verdade, pelo bem e pela moral, tendo plena ciência do papel de cada um para o estabelecimento e tenacidade de tudo o que é belo e bom. “Entremeadas em sua (dos antigos gregos) narração da história, estão comentários editoriais sobre a moralidade ou imoralidade das escolhas feitas pelos grandes homens no centro dos acontecimentos” (McKAY et al, 2015).

E, indiscutivelmente, a insegurança sobre si combina-se à igual intranquilidade acerca da pátria e do Estado - em suma, da sociedade. Enquanto a história, na antiguidade, debruçava-se sobre as características dos personagens que a ditavam e ajudavam a escrevê-la, no presente ela se torna muito mais utilitária e, por que não dizer, pragmática. A Revolução Francesa (1789), cujo lema já foi citado anteriormente, inaugura o que habituamo-nos a intitular “Era contemporânea” de nossa história. Para Roger Scruton (2015), em se levando em conta os propósitos de minha pesquisa, possivelmente seja a partir da lendária insurreição contra o absolutismo dos reis franceses que o por mim denominado “abismo das compreensões” tenha sofrido sua maior sedimentação:

Um tema único perpassa as Humanidades [...]: a ilegitimidade da civilização ocidental. Todas as distinções são “culturais”, portanto “construídas”, portanto “ideológicas”, no sentido utilizado por Marx — formuladas pelos grupos ou classes dominantes para servir aos próprios interesses para reforçar o próprio poder. A civilização ocidental é simplesmente o registro desses processos opressivos e o propósito principal de estudá-la é desconstruir nosso título de associação como membros. [...] Para expor a questão de outro modo, o Iluminismo deslocou a teologia no centro do currículo para colocar em seu lugar

a busca desinteressada pela verdade. Entretanto, em um período muito curto, vimos a universidade ser dominada por outro tipo de teologia — uma teologia ímpia, sem dúvida, mas não menos insistente na submissão incondicional à doutrina (SCRUTON, 2015, p. 104).

Em última análise, a grandiloquência dos discursos de Heitor choca-se, abrupta e notoriamente, com as entrecortadas, curtas e pessimistas intervenções de Bäumer, em uma clara evidência, para o primeiro, da contiguidade entre homem e pátria e da síntese da moral expressa por aquilo que estava em disputa nas guerras; para o segundo, do isolamento do indivíduo em uma pátria muito abaixo das densas camadas burocráticas do Estado e da ineficácia da carnificina em que foi transformada a guerra. Assim, não obstante os termos sejam os mesmos, estamos diante de palavras cuja significação, hoje, pouco ou nada tem a ver com a que fora anteriormente.

Considerações finais

Tendo tudo isso em vista, creio que os diálogos selecionados puderam fornecer os elementos demandados para o estudo comparativo empreendido. As obras de que fazem parte e seus respectivos panos de fundo, a saber, clássicos (CALVINO, 1991; CARPEAUX, 2012) narrados de “dentro” da guerra, permitem uma aproximação temática que, a meu ver, revelou que os termos subsistiram e resistiram ao tempo, sofrendo, todavia, com um severo deslocamento de sentido e com a formulação de uma praticamente nova concepção para si.

Falar em homem, pátria, estado, virtude e guerra, nesse âmbito, é deixar-se carregar pelas asas das eras e dos acontecimentos, vindo ao encontro da disparidade com que tais palavras são cunhadas nos contextos apresentados: ávidos por colocar à prova a bravura e por gravar a ferro a marca de sua virtude no rol da história de sua comunidade, os homens da Grécia antiga, em muito, superam a carência por exemplos e por significados que rodeia a existência do homem na alvorada do século das grandes transformações. Perde-se a identificação com os seus e o senso de pertença e grandiosidade, ganha-se um individualismo pessimista que reverbera enxertado em uma forçosa e artificial aldeia global (SCRUTON, 2015).

Tal cenário desponta como a antítese do espírito heroico e como a derrocada da história como marca do que e de quem fomos, fazendo-a assentar no trono do pragmatismo e forçando-nos a habitar um tempo/espço que não parece nosso e, pior, que nos dá a impressão de nada ter a ver conosco (JAEGER, 1991): *A Ilíada e Nada de novo no front* deixam

claro que a morte embalada por certezas é muito mais palatável que uma existência pontuada por questionamentos.

Com o presente trabalho, busquei delinear algumas poucas incongruências que saltam aos olhos nas primeiras leituras de ambos os clássicos. Não tenho a pretensão de ser definitivo em minha análise, mas vislumbro que ela possa figurar ao lado de tantas outras das quais as obras em questão já foram tema, para ajudar a compor o rol de estudos daqueles que por elas se interessam.

Por fim, com as linhas aqui traçadas, penso poder dividir com o leitor fatores que muito me preocupam: somos herdeiros de coisas admiráveis, das quais a preservação, além de imprescindível, não nos permite poupar esforços: “a oportunidade de viver nossas vidas como desejamos; a segurança da lei imparcial; [...] a proteção do nosso meio ambiente como um recurso natural compartilhado [...]; os procedimentos democráticos que nos permitem eleger representantes e aprovar leis” (SCRUTON, 2015, p. 8). Todas essas coisas podem facilmente ser perdidas ou destruídas, mas, decerto, não são facilmente criadas. Em especial, os bens que nos colocam, enquanto coletividade, sob sua égide - paz, liberdade, lei, civilidade, espírito público, a segurança da propriedade e da vida familiar, tudo o que depende da cooperação com os demais – são os que estão continuamente mais ameaçados (ibid.).

Avaliar as obras ofereceu a perspectiva da antiguidade como a era da criação, enquanto a contemporaneidade claramente figurou como o oposto disso, não importando sob qual prisma personagens e fatos estivessem sendo analisados. Pensar assim é tentar extrair das alusões literárias aquilo de que nossas almas têm carecido, e, assim, intento soar como voz de resistência à destruição daquilo cuja construção foi tão custosa. Em última instância, que pensemos mais como Heitor do que como Paul Bäumer.

Referências

ALVES, Rubem. *Entre a ciência e a sapiência*. O dilema da educação. 12 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilton Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARPEAUX, Otto Maria. *A história da literatura ocidental*. Vol. Único. São Paulo: Leya, 2012.

Guerra de Tróia. Disponível em <<https://www.sohistoria.com.br/ef2/guerratroia/>>. Acesso em 15 out. 2018.

HANSON, Victor Davis. *Por que estudar guerra?* Trad. Felipe Alves. 2015. Disponível em <<http://tradutoresdedireita.org/por-que-estudar-guerra/>>. Acesso em 22 out. 2018.

HOMERO. *A Ilíada*. Trad. Fernando C. de Araújo Gomes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

JAEGGER, Werner. *Cristianismo Primitivo e Paidéia Grega*. Lisboa. Portugal: Edições 70, 1991.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. 1999. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000032.pdf>. Acesso em 23 jul. 2017.

McKAY, Brett et. al. *Por que todo homem deveria estudar cultura clássica*. Trad. Humberto Motta. 2015. Disponível em <<http://midiasemmascara.org/artigos/destaques/por-que-todo-homem-deveria-estudar-cultura-classica/>>. Acesso em 30 jun. 2017.

Primeira Guerra Mundial. Disponível em <<https://www.sohistoria.com.br/ef2/primeiraguerra/>>. Acesso em 18 out. 2018.

REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. Trad. Helen Rumjanek. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

ROOSEVELT, Theodore. *State of the Union Address*. 2006. Disponível em <<http://teachingamericanhistory.org/library/document/state-of-the-union-address-99/>>. Acesso em 28 out. 2018.

SCRUTON, Roger. *Como ser um conservador*. Trad. Bruno Garschagen. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Recebido em: 10/5/2019

Aprovado em: 22/8/2019